

Anfavea diz que não é contra carro japonês

Recebemos do presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Jacy de Souza Mendonça, a seguinte carta:

"Reportamo-nos ao texto 'os carros japoneses mais próximos do Brasil', publicado pelo **Jornal da Tarde** do último dia 20. Lá está dito que 'a tentativa das montadoras japonesas de construir fábricas no Brasil sempre esbarrou no interesse da indústria automobilística local, que considera os japoneses um forte obstáculo à manutenção de seus interesses e privilégios'.

A afirmação é atribuída a um economista da equipe de Zélia Cardoso de Mello. A fonte, segundo o texto publicado, acrescenta que 'a entrada dos japoneses no mercado brasileiro criaria uma concorrência efetiva e certamente terminaria com o monopólio do setor, cujo 'lobby' tão poderoso que determina até a política oficial de preços praticados pelas montadoras'.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que o setor automobilístico brasileiro, representado pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfa-

vea), entidade que presido, nunca obstaculizou a entrada de qualquer empresa interessada do mercado nacional. Isso seria contra a filosofia inerente a essa atividade produtiva, que, em todo o mundo, tem na saudável livre concorrência — a mesma que queremos ver implantada no País — o mais eficiente motor da busca da eficiência e da competitividade. A premissa em que se baseia o raciocínio da citada fonte, portanto, é equivocada.

É preciso lembrar ainda outro equívoco da mesma fonte. O setor automobilístico no Brasil não determina seus próprios preços. Historicamente, o governo federal tem chamado a si a incumbência de determinar percentuais de reajustes não só dos automóveis, mas também dos caminhões e ônibus, sem levar em conta, adequadamente, a evolução dos custos de produção. Não se justifica, então, a afirmação de que um poderoso 'lobby' setorial seria responsável pelas tabelas de preços dos fabricantes. Nada mais incorreto, como pode ser comprovado pelos sistemáticos posicionamentos públicos desta entidade em favor do fim do controle de preços."